

ANTONIO ROBERTO BERTELLI*

Nos últimos anos, entre nós, nos meios intelectuais, existe um grande interesse pelo pensamento da Escola de Frankfurt. Entretanto, graças a uma visão superficial e distorcida, de boas ou más intenções, não importa, tem sido comum destacar a produção intelectual de apenas dois pensadores ligados diretamente à Escola de Frankfurt, exatamente aqueles que se tornaram mais conhecidos como os seus mais importantes teóricos: Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. Por tabela, destaca-se, ainda, a obra de Walther Benjamim, que embora não tenha sido na verdade ligado organicamente ao Institut für Sozialforschung, tem seu nome relacionado como sendo membro da Escola de Frankfurt. De fato, Benjamim esteve teórica e emotivamente muito ligado ao pensamento da “Escola”, principalmente através de Adorno, que tinha por ele grande amizade e admiração, e introduziu uma considerável parcela de sua produção intelectual nas publicações do Instituto, através da *Zeitschrift für Sozialforschung* [Revista de Pesquisa Social], seu órgão oficial ao tempo do exílio europeu e norte-americano.

Mas o que hoje conhecemos como Escola de Frankfurt, na visão de grande parte da intelectualidade brasileira, não reflete a correta elaboração teórica dos pensadores que estiveram ligados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt nas suas diferentes etapas de existência.¹ Na verdade, se considerarmos tais ligações como sendo apenas orgânicas, ou seja, de pessoas que compunham o núcleo interno do Instituto, veremos que, além de Horkheimer e Adorno,² que podem ser considerados como os dois grandes pensadores da “Escola”, existiram outros: Friedrich Pollock, Henryk Grossmann, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal, para citar os principais.

Se, ao contrário, consideramos apenas como ligações aquelas que decorreram de uma vinculação teórica e de trabalho, podemos verificar que a lista de membros do Instituto de Pesquisa Social se compõe de muitos outros nomes. Ampliando-se o critério, isto é, se levarmos em conta as ligações como sendo consequência da prestação de serviços esporádicos e encomendados pela Instituto, vamos constatar que teremos aproximadamente 300 nomes envolvidos nesse tipo de ligação.

* Sociólogo e editor.

Deixando de lado essas particularidades, podemos ver que, de qualquer forma, entre nós, por desconhecimento ou por preconceitos, a visão que se quer passar da produção teórica desse importante centro do pensamento marxista dos anos trinta e quarenta é de que somente Adorno, Horkheimer e, por tabela, Benjamim teriam sido os forjadores do que seria hoje o chamado pensamento da Escola de Frankfurt.³

Certamente que um dos maiores equívocos dessa forma de enfocar a questão é o de não considerar Herbert Marcuse como um dos mais importantes formuladores da teoria crítica, e sim um mero “discípulo” de Adorno.⁴ É claro que a explicação para tal exclusão não está na ignorância ou no desconhecimento da produção teórica de Marcuse e muito menos a respeito de suas ligações orgânicas e teóricas com o Instituto, pois, ao contrário das obras de Horkheimer e Adorno, que só tardiamente começaram a ser traduzidas aqui, a obra de Marcuse, especialmente a produzida no “exílio” norte-americano, isto é, a partir da década de 1940, foi quase que toda publicada entre nós desde meados da década de 1960. A explicação é de outro teor. A passagem do texto citado de Maar indica o caminho. Aliás, todo o texto é indicativo nesse sentido. Todavia, esse não é um tema que se discutirá aqui, pois fugiria ao teor deste trabalho. Vamos deixá-lo para outra ocasião, voltando ao problema destas anotações.

Assim, diante dessa visão míope a respeito do pensamento frankfurtiano, podemos ter fatos interessantes. Por exemplo: Franz Neumann, um dos mais importantes nomes dos que estiveram ligados ao Instituto de Pesquisa Social, autor do notável e praticamente ignorado e desconhecido entre nós *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944* (Edição revista. Nova York 1944), um clássico estudo sobre a questão do Estado totalitário, é um daqueles que poderia ser enquadrado na categoria dos ilustres desconhecidos pensadores que tiveram seu nome histórica e teoricamente ligado à Escola de Frankfurt que, aqui, muito poucos seriam capazes de identificar.⁵

Na verdade, *Behemoth*, ao que eu saiba, nunca foi publicado no Brasil.⁶ O que já é uma amostra relevante da ignorância e da falta de sensibilidade tanto dos nossos editores como de nossos intelectuais. Os primeiros, por

nunca terem se dado conta de que se trata de obra hoje clássica da análise marxista sobre o Estado, especialmente sobre o Estado totalitário originado do nazi-fascismo. Os segundos, por ignorarem tudo isso que aqui enfocamos de forma breve e esquemática. Assim, destaca-se, nesse sentido, por exemplo, a obra de Hanna Arendt que, por mais que mereça nosso respeito, é de qualidade e conteúdo muito inferiores e que, exatamente como fruto dessa visão míope, intencionalmente ou não, aparece, entre nós, como algo único e excepcional a respeito do estudo sobre o totalitarismo. E, o que é pior, aparece sem que se faça menção, pelo menos, à exemplar obra de Neumann.

Assim, seria interessante ver como Martin Jay, historiador que se dedicou intensamente à análise da história da Escola de Frankfurt, em seu notável e importante livro aqui já citado, nos apresenta e situa essa obra emblemática:

A insistência de Gurland em descartar a perseverança do capitalismo monopolista era compartilhada também por Neumann, de cujo *Behemoth* podemos nos ocupar agora, ultimamente já um clássico; ainda que sofresse um relativo eclipse durante a guerra fria, *Behemoth* foi uma enorme e minuciosa obra de investigação, mais notável ainda pela distância que separava Neumann de suas fontes. Em diversas áreas, tais como a história do movimento operário alemão, Neumann pôde recorrer à sua própria experiência pessoal de antes de 1933. Tudo isso foi reconhecido por Horkheimer e pelos outros membros do círculo interno do Instituto, mas as conclusões de Neumann e a metodologia que havia empregado para formalizá-las eram suficientemente estranhas à teoria crítica para impedir que o círculo interno considerasse *Behemoth* como uma expressão real dos pontos de vista do Instituto.

Havia, certamente, algumas semelhanças entre o seu enfoque e o do Instituto. Por exemplo, Neumann minimizava a importância isolada do anti-semitismo e do racismo em geral, como fizera Horkheimer em todos os seus escritos, desde *Dämmerung* até a guerra. Chegou ao extremo de chamar o povo alemão de “o menos anti-semita de todos”, uma convicção curiosamente compartilhada por outros membros do Instituto. Neumann estava também de acordo em que o fascismo carecia de uma verdadeira teoria política devido a seu irracionalismo, já que “uma teoria política não pode ser não-racional”. E, finalmente, sentia que o sistema não sucumbiria inevitavelmente a partir de dentro sem uma práxis política consciente: “Os defeitos e as fissuras no sistema, inclusive a derrota militar da Alemanha, não levarão a um colapso automático do regime. Este só pode ser derrocado por uma ação política consciente das massas oprimidas que utilizarão as fissuras do sistema”.

Contudo, em conjunto, as diferenças eram mais importantes. Já se mencionou em várias ocasiões o desdém geral de Neumann pela psicologia. Da mesma forma que o historiador de esquerda Eckart Kehr, cuja influência sobre Neumann foi considerável, sentia que a psicanálise era pouco mais que uma ideologia burguesa. *Behemoth* continha uma breve seção sobre a psicologia do carisma, mas ignorava completamente a obra anterior do Instituto sobre a personalidade autoritária. Nas mais de seiscentas páginas de *Behemoth* (incluindo um apêndice de 1944), não havia praticamente nada que sugerisse a aceitação por parte de Neumann da noção de Fromm sobre o tipo de caráter sadomasoquista. E mais: em sua análise do fracasso da classe operária na época de Weimar, Neumann ignorava o estudo de Fromm sobre a mentalidade ambivalente do proletariado alemão.

Mais importante ainda era seu desacordo com a noção de capitalismo de Estado de Pollock. Para Neumann, “o próprio termo ‘capitalismo de Estado’ é uma *contradictio in adiecto*”. Citando Hilferding, continuava: “Uma vez que o Estado se converteu em proprietário único dos meios de produção, torna impossível o funcionamento de uma economia capitalista, destrói esse mecanismo que mantém os próprios processos de circulação econômica em existência ativa”. Neumann dedicava-se a examinar a economia alemã empiricamente para mostrar que não se havia conseguido a “primazia da política” e a revolução dos gestores. Ao fazer isso, salientava também claramente que não compartilhava da tristeza geral de Pollock sobre a invulnerabilidade do sistema: “Este autor não aceita essa visão profundamente pessimista. Crê que os antagonismos do capitalismo operam na Alemanha em um nível superior e, portanto, mais perigoso, inclusive se esses antagonismos estão ocultos por um aparelho burocrático e pela ideologia da comunidade do povo”.

A evidência que citava em primeiro lugar era o testemunho dos próprios líderes nazistas, nenhum dos quais parecia indicar uma política deliberada de controle estatal. Neumann apresentava, em continuidade, consideráveis dados concernentes à crescente monopolização e racionalização dos grandes negócios que havia se dado na época de Weimar. Esse processo, afirmava, havia criado uma situação instável na qual a economia estava se tornando mais rígida, mas suscetível a mudanças cíclicas e mais vulnerável às pressões das massas descontentes. Como resultado, o Estado tinha que intervir para sair de uma encruzilhada cada vez mais explosiva. Sua escolha era clara: “Deveria o Estado esmagar as propriedades monopolistas, restringi-las em favor das massas, ou deveria usar a interferência para fortalecer a posição monopolista, para contribuir para a incorporação total das atividades comerciais no sistema das organizações industriais?” Para Neumann, a resposta era óbvia: os

nazistas haviam escolhido o segundo caminho, apesar de sua propagada no sentido contrário. Contudo, a análise de Neumann era mais complicada do que a posição marxista ortodoxa, classicamente expressa por George Dimitrov no VII Congresso Mundial da Komintern, de que o fascismo era a ditadura terrorista, aberta, dos elementos mais imperialistas, mais chovinistas e mais reacionários do capitalismo financeiro”. Para Neumann, “a economia alemã de hoje tem duas características amplas e surpreendentes. É uma economia monopolista – e uma economia dirigida. É uma economia capitalista privada regulada por um Estado totalitário. Como nome adequado para descrevê-la propomos ‘capitalismo monopolista totalitário’”.

Isso era demonstrado, continuava, em coisas tais como a legislação monopolista compulsória. Os dirigentes e benfeitores dos novos monopólios, afirmava, não eram os novos gestores, mas na maioria dos casos os velhos indivíduos ou famílias empresariais privadas. Os nazistas, destacava, tinham evitado nacionalizar a maioria das indústrias; “há, ao contrário, uma definida tendência oposta à nacionalização”. Inclusive a construção da estrutura econômica alternativa do partido não previa o fim do capitalismo. “Ao contrário, surge como uma afirmação da nova força vivente da sociedade capitalista. Mostra que inclusive num Estado de partido único que se jacta da supremacia da política sobre a economia, o poder político sem poder econômico, sem um lugar sólido na produção industrial, é precário.” Em síntese, ainda que se estivesse num processo de criação de uma economia dirigida, de modo algum isso era uma substituição do velho capitalismo monopolista. De fato, afirmava Neumann, concordando com Gurland, os dois poderiam sobreviver juntos na medida em que a expansão imperialista permitisse a satisfação das demandas dos diversos grupos na elite governante.

O fato de que Neumann distinguisse diversos grupos dentro dessa elite – grandes negócios, partido, militares e burocracia – mostrava que não estava postulando uma visão simplista do fascismo como se fosse exclusivamente criação dos monopólios. “Isso não quer dizer – escrevia — que o nacional-socialismo seja meramente um instrumento subordinado da indústria alemã, mas significa que, em relação às expansões imperialistas, a indústria e o partido têm objetivos idênticos”. Contudo, diferentemente das análises de Pollock e Horkheimer, a de Neumann enraizava-se em categorias marxistas mais tradicionais. Pollock escrevera sobre a motivação de poder. Em réplica, Neumann observava: “Cremos ter mostrado que é a motivação de lucro que mantém a máquina em funcionamento. Mas num sistema monopolista não se pode obter lucros e mantê-los sem um poder político totalitário, e isso é o traço distintivo do

nacional-socialismo”. A nova ordem descrita por Pollock não era tão nova depois de tudo.

Tampouco tinham razão teóricos como Emil Lederer, da New School, um velho inimigo do Instituto, ao chamar a Alemanha nazista de uma sociedade de massas amorfa sem diferenciação de classes. De fato, a atomização das massas por obra dos nazistas havia quase que provocado a auto-atomização da elite. “A essência da política social nacional-socialista – afirmava Neumann – consiste na aceitação e fortalecimento do caráter de classes prevalecente na sociedade alemã.” Neumann estava de acordo em que havia se dado uma mudança na solidariedade de classe nas classes médias baixas e nas classes baixas. Os nazistas haviam introduzido uma nova hierarquia baseada mais na posição do que na classe tradicional, invertendo assim a fórmula clássica de *sir* Henry Maine sobre a transição da posição para a classe. Isso havia sido feito como uma tentativa para atomizar as massas, um processo cujas ramificações Neumann explorava em suas análises da propagada, do terror, da política de preços e trabalhista e do direito nazista (baseadas principalmente nos artigos anteriores seus e de Kirchheimer publicados na *Zeitschrift* e nos *Studies*).

A análise classista mais ortodoxa de Neumann o impedia de ver a dominação em termos tecnológicos, como começava a fazer o grupo que rodeava Horkheimer. Como Gurland, sentia que a racionalização e centralização da economia não eram incompatíveis com o capitalismo privado. De fato, a revolução tecnológica tivera “sua origem dentro do próprio mecanismo da produção capitalista, refutando a crença daqueles que afirmavam que o capitalismo perdeu sua dinâmica”. Não obstante, Neumann acreditou ser possível que a tensão entre a lógica da racionalização tecnológica e as exigências de um crescimento de lucros pudesse aumentar a longo prazo. “Cremos – escreveu – que o antagonismo entre o engenheiro, pelo qual entendemos todos os técnicos e encarregados, e o capitalismo monopolista totalitário é um dos defeitos decisivos no regime.”

Todavia, o peso fundamental do raciocínio de Neumann consistia em que, ao contrário do afirmado por Pollock, o nazismo era uma continuação do capitalismo monopolista, ainda que por outros meios. *Behemoth*, contudo, tinha também uma tese secundária que de algum modo correspondia mais estreitamente a algumas das noções do círculo interno do Instituto. Esse argumento refletia-se no título do livro, que se referia ao estudo do caos da guerra civil inglesa do século XVII realizado por Hobbes. Para Neumann, “o nacional-socialismo é – ou tende a se converter em – um não-Estado, um caos, um império da desordem e da anarquia”. Não somente era “capitalismo de Estado um nome impróprio, mas a existência de um Estado em qualquer sentido

tradicional era em si questionável. A dominação, ao contrário, se tornava mais desnuda ao não estar mediada por um amortecedor, ainda que fosse imperfeito, que o Estado liberal fornecia.

Em outras palavras, Neumann, como Horkheimer e o resto, sentia que as mediações semi-humanas do passado estavam se erodindo rapidamente nos Estados autoritários. Onde estavam em desacordo era em suas descrições da natureza da dominação não-mediada. Para Neumann se dava ainda nas linhas da dominação capitalista sobre o trabalhador explorado, sem que o Estado agisse para diminuir o malignidade do conflito de classes. Em conseqüência, podia ainda escrever: "existe ali objetivamente um profundo antagonismo entre as duas classes. Se explodirá ou não, não sabemos". Para Horkheimer, por outra parte, sem o amortização do mercado capitalista, a dominação estava se tornando cada vez mais psicossocial. Acompanhando Pollock, afirmava que o Estado era o principal agente da dominação, que incluía também a aplicação deliberada do terror e a coerção. Contudo, oportunamente o papel do Estado começaria a diminuir em suas análises, na medida em que a dominação se convertia numa espécie de condição que penetrava a sociedade em seu conjunto. Aqui os argumentos de Horkheimer relativos ao rol crescente do *ethos* tecnológico jogavam um papel fundamental. Como veremos quando examinarmos a obra posterior da Escola de Frankfurt, especialmente aquela vinculada às suas análises da sociedade americana, a dominação que Marcuse iria popularizar como uma sociedade "unidimensional" parecia existir sem a direção consciente dos dominadores, fossem estes políticos ou econômicos. Como resultado, parecia mais sinistra e invulnerável, e as possibilidades de uma ação eficaz para negá-la pareciam ainda mais remotas.

Em sínteses, pois, poderia-se dizer que o Instituto empregou dois enfoques gerais em suas análises do fascismo. Um, associado a Neumann, Gurland e Kirchheimer, centrado nas mudanças nas instituições econômicas, políticas e legais, com referências só de passagem à psicologia social ou à cultura de massas. Seus pressupostos básicos eram os de um marxismo mais ortodoxo, que salientava a centralidade do capitalismo monopolista, ainda que com uma elaboração considerável. O outro enfoque fundamental, seguido pelo grupo que rodeava Horkheimer, via o nazismo como o exemplo mais extremo de uma tendência geral para a dominação irracional no Ocidente. Ainda que de acordo que isso havia se dado como um desenvolvimento do capitalismo avançado, já não considerava a infraestrutura econômica como o ponto crucial da totalidade social. Prestava, ao contrário, cada vez mais atenção na racionalização tecnológica como uma força institucional e na racionalidade como um

imperativo cultural. Assim, explorava com maior interesse que Neumann ou os outros de sua tendência os mecanismos psicossociais de obediência e das fontes de violências. Ao salientar os diversos aspectos com que o capitalismo avançado havia impedido o cumprimento das profecias de Marx acerca do colapso, manifestava um ceticismo mais profundo sobre as possibilidades de mudança que iria aumentar com o passar dos anos.⁷

Contudo, se *Behemoth* não foi aqui publicado, se nos trabalhos de nossos intelectuais sobre Estado, totalitarismo, ditadura, etc. não se cogita do estudo de Neumann, pelo menos outros ensaios seus poderiam ser citados e aproveitados como bibliografia e fonte de consulta. Mas poderia-se indagar: onde tais estudos seriam encontrados para que servissem para isso? A resposta é muito simples: exatamente aqui, em nosso país, em 1969, graças ao pioneirismo de Jorge Zahar, foram editados os mais importantes trabalhos teóricos de Franz Neumann, excetuando-se, é claro, *Behemoth*; trata-se de *Estado democrático e Estado autoritário*, uma coletânea de ensaios. E, como que para complementar de forma sintomática o que até aqui se disse, exatamente essa coletânea foi organizada e prefaciada por Herbert Marcuse.⁸

Assim, poderemos tomar algumas palavras de Marcuse para corroborar aquilo que brevemente apontamos até aqui a respeito da importância da obra de Neumann e sua ligação com o Instituto de Pesquisa Social e a "teoria crítica":

Era um estudioso da política em um sentido especial. Desde o princípio, o seu trabalho teórico foi sempre animado de um interesse político, pois para ele a política era um elemento da vida, e sempre procurava misturar o seu trabalho acadêmico com a atividade prática. Depois de se formar pela Universidade de Frankfurt, onde sofreu a grande influência de um seu amigo e mestre, Hugo Sinzheimer, o fundador do Direito Trabalhista alemão, lecionou na Academia do Trabalho desde 1925 até 1927, quando se fixou em Berlim como advogado trabalhista. De 1928 em diante, lecionou na Hochschule für Politik, também em Berlim. O destino da República de Weimar e o declínio do socialismo democrático junto com a luta contra o regime nazista tornaram-se parte de sua existência diária. Funcionou como consultor jurídico do partido Social-Democrata, foi preso em abril de 1933, mas em maio conseguiu fugir da Alemanha. Franz Neumann foi um dos primeiros a ter sua cidadania cassada pelo governo de Hitler. O exílio, porém, não arrefeceu a sua intensa paixão política. Procurou então aconselhar os antinazistas que queriam emigrar, ajudando-os por todos os meios a dando-lhes orientação tanto teórica como prática.⁹

Finalmente, esclarecendo de vez a relação de Neumann com o Instituto, Marcuse acrescenta:

Em 1936 veio ele para os Estados Unidos e ingressou no Institute of Social Research,¹⁰ que era então filiado à Universidade de Colúmbia em Nova York. As suas relações com esse Instituto estabeleceram laços teóricos, políticos e pessoais que permaneceram imutáveis com o seu diretor, Max Horkheimer, e com todo o corpo docente. Foi Frederick Pollock, desse mesmo Instituto, que, encontrando-se então na Suíça, falou à beira do túmulo.¹¹

Em resumo, julgamos que as citações acima mostram de forma irrefutável não somente a importância da obra de Neumann, mas, igualmente, sua vinculação à Escola de Frankfurt. Restaria, entretanto, analisarmos ainda as razões pelas quais Franz Neumann não é considerado como um dos importantes formuladores do pensamento que passou a ser denominado de “teoria crítica” ou “Escola de Frankfurt”, da mesma forma que se ignora a importância de outros teóricos como Friedrich Pollock e Leo Löwenthal (que sempre pertenceram ao “círculo interno” do Instituto), ou como Henryk Grossmann, Erich Fromm e outros (que, embora não fizessem parte do grupo restrito formado em torno de Max Horkheimer, tiveram enorme importância para conformar as análises que deram origem ao que se convencionou denominar teoria crítica).

Porém, esta seria um análise que fugiria aos limites destes “Alfarrábios”. Resta nos, pois, nos conformarmos de que devemos deixá-la para uma outra oportunidade. De forma que, assim sendo, para finalizar, cumpre-nos retornar rapidamente ao citado livro de Neumann, aqui objeto destas breves considerações.

Em primeira instância, é preciso mencionar alguns aspectos importantes que marcam a publicação do livro na sua edição norte-americana original, de 1957. A trajetória teórica de Franz Neumann, a partir da publicação de *Behemoth*, foi se modificando sensivelmente, levando-o a um afastamento cada vez maior em relação não somente ao marxismo (que Martin Jay classifica ser em certos aspectos ortodoxo, como vimos), mas também das posições teóricas e ideológicas da teoria crítica, da Escola de Frankfurt. No primeiro caso, poderíamos concordar com Jay no sentido de que os fundamentos metodológicos e epistemológicos das análises de Neumann, seja nos ensaios da década de 1930, publicados na *Zeitschrift*, seja na sua grande obra, *Behemoth*, estavam fundados em um marxismo que poderíamos chamar de “ortodoxo” na medida em que se relacionavam diretamente com as origens inte-

lectuais e políticas de Neumann, ao tempo de sua formação teórica e de sua militância política, especialmente nos anos da República de Weimar. Advogado de formação, teve intensa atuação nos meios trabalhistas alemães, junto aos sindicatos dominados pela social-democracia, pelo SPD. Embora se posicionasse mais à esquerda da direção central do partido, Neumann nunca aderiu a qualquer das tendências de esquerda que divergiram do SPD e muito menos ao KPD.

Sua atuação política esteve sempre relacionada à sua prática de advogado, pois tinha uma verdadeira obsessão pelo estudo do direito e das leis. Dessa forma, quando veio para os Estados Unidos, ingressando no Instituto, que estava naqueles anos vinculado à Universidade de Colúmbia, Neumann acabou, depois da guerra, por se tornar professor dessa universidade.

Aqui é preciso algumas explicações. O Instituto de Pesquisa Social havia sido convidado para funcionar na Universidade de Colúmbia, em 1934, como órgão associado, a exemplo do que era o seu funcionamento desde 1923, época de sua fundação, na Universidade de Frankfurt. Apesar de inúmeros convites, Horkheimer nunca aceitou integrar o Instituto na Universidade de Colúmbia ou em qualquer outra, e muito menos aceitou (assim como Adorno e Pollock) qualquer cargo de professor oficialmente ligado a uma universidade norte-americana. Os outros membros do Instituto, mesmo aqueles mais ligados a Horkheimer, como Leo Löwenthal e Herbert Marcuse, optaram por outra decisão.

Assim, quando terminou a guerra, eliminadas as condições que faziam com que o Instituto pudesse funcionar isoladamente como um grande centro intelectual de resistência ao nazismo, as exigências para que se encontrasse um outro caminho se colocaram. Horkheimer, Adorno e Pollock mantiveram-se firmes, mas os outros foram pouco a pouco se afastando das ligações profissionais e financeiras com o Instituto e começaram a aceitar convites de universidades americanas para ingressar em seus quadros acadêmicos. Esse foi o caso, por exemplo, de Herbert Marcuse e Franz Neumann, entre muitos outros.

E ao se ligarem às universidades americanas, recusaram, logo em seguida, retornar à Alemanha, juntamente com o Instituto, de volta à Universidade de Frankfurt. Somente Adorno, Horkheimer e Pollock vieram para Frankfurt. Marcuse e Neumann seguiram suas carreiras universitárias, mas no que se refere ao aspecto teórico e ideológico tiveram uma trajetória intelectual oposta: Marcuse, como se sabe, radicalizou-se no sentido de uma óptica

cada vez mais esquerdista em relação ao desenvolvimento teórico e ideológico tomado pela teoria crítica; Neumann, ao contrário, deixou seu “marxismo ortodoxo”, no dizer de Martin Jay, e tornou-se um teórico liberal-progressista, profundamente vinculado às questões da democracia e do direito.

Ambos tiveram também uma experiência que se diferenciava dos demais membros do Instituto, especialmente daqueles que pertenciam ao círculo interno. Trabalharam ao tempo da guerra, e mesmo depois de seu término, para ao governo americano, agregados a um departamento de inteligência, o Office of Strategic Services-OSS. Essa experiência fez com que certa esquerda insana chegasse mesmo a identificar os dois intelectuais (e alguns outros) como agentes da... CIA.

Porém, se as orientações teóricas se distanciavam uma da outra, as relações fraternas de amizade continuavam firmes e os dois puderam continuar sendo amigos. Assim, quando Neumann, com apenas 55 anos de idade, morreu num desastre de automóvel na Suíça, Herbert Marcuse preocupou-se em homenagear o amigo, publicando suas mais importantes elaborações teóricas (excluindo-se *Behemoth*), o que resultou na coletânea que estamos considerando, publicada em 1957 nos Estados Unidos.

A coletânea consta de artigos publicados nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Interessante, por exemplo, ver como Neumann, que selecionou e preparou a maioria dos artigos, evidentemente antes de sua morte, anota em relação a um ensaio de 1937, “A mudança na função do direito na sociedade moderna”, em pé de página:

Este artigo é uma tradução resumida de “Der Funktionswandel des Gesetzes im Recht der bürgerlichen Gesellschaft”, *Zeitschrift für Sozialforschung*, 1937, pp. 542-596 [...] O artigo já não representa meu pensamento, como será fácil verificar comparando-o com o artigo seguinte “O conceito de liberdade política”.¹²

O que, sintomaticamente, revela, como apontamos acima, a mudança ideológica de Franz Neumann. Todavia, o fato de Neumann ter mudado sua posição política e ideológica não invalida suas vinculações anteriores com o marxismo e com o Instituto de Pesquisa Social, com a Escola de Frankfurt. Da mesma forma, não invalida a competência, a erudição e a importância de seus trabalhos enquanto cientista social, especialmente como estudioso da ciência política, o que, aliás, é reafirmado por Herbert Marcuse em seu “Prefácio” à coletânea, que, entre outras análises da obra e da vida intelectual e política de Franz

Neumann, assim se manifesta:

Depois da guerra, Neumann ingressou no corpo docente da Universidade de Colúmbia, que se tornou seu segundo lar. A sua personalidade e suas idéias granjearam-lhe a amizade de seus colegas e alunos. Ele lhes transmitiu a sua convicção de que a teoria política não era apenas a soma total de opiniões e avaliações, e sim os alicerces indispensáveis da política. Era essa mesma política que decidia sobre os destinos da humanidade, e de suas decisões nasciam as leis objetivas que governavam o processo histórico. Essa convicção era fortalecida pelas experiências das eras fascista e pós-fascista: a derrota do socialismo democrático e a tendência geral para o totalitarismo. Para ele, essa experiência causou uma ferida que nunca cicatrizou. Em seus últimos anos, procurou encontrar a resposta para a terrível pergunta que queria saber por que a liberdade e a felicidade humana declinavam no estágio de uma civilização amadurecida quando as condições objetivas para serem atingidas se apresentavam maiores do que nunca. Dedicou-se a um estudo amplo das ditaduras, como suas formas, suas funções e suas raízes sociais. Viu também que a tradicional oposição entre a democracia e o totalitarismo não se mostrava adequada em face dos acontecimentos históricos. Esse trabalho não foi terminado, mas diversos artigos, reunidos neste volume, mostram bem onde ele buscava a resposta. Em comparação com *Behemoth*, diminuiu muito a ênfase nos determinantes econômicos, mas isso apenas teve por fim colocar tais determinantes numa estrutura mais concreta. Colecionou muito material histórico relacionado com as diversas formas de ditaduras, material esse que serviria para melhor se compreender o totalitarismo de nossos dias. Um dos problemas que mais o preocupavam era o apoio dado à ditadura pelas massas menos privilegiadas. A esse respeito, ele tornou a examinar o desenvolvimento do moderno movimento trabalhista, especialmente a dissolução da tradição marxista nos partidos social-democratas e nos sindicatos. Seu último trabalho em tal terreno foi um estudo *in loco* da ideologia e prática da chamada *Mitbestimmungsrecht* (determinação conjunta do trabalhismo com a administração) nas indústrias alemãs do pós-guerra na região do Ruhr. Ficou estarrecido com o declínio do pensamento e da ação política entre os sindicatos, sabendo embora que aquilo não se explicava apenas pela desilusão, pela apatia ou pela corrupção. Ainda existiam muitas mudanças estruturais na sociedade contemporânea cuja teoria estava por ser elaborada, e essa teoria, por seu lado, deveria fornecer orientação para as normas da liberdade. A teoria política continuava a ser para ele o mesmo que fora no princípio: uma arma indispensável na luta por um mundo melhor. Era um intelectual no sentido mais orgulhoso da palavra, um desses cujo desaparecimento torna os dias de hoje mais pobres e menos cheios de esperança.¹³

- ¹ Para um ainda insuperável estudo a respeito da história da “Escola de Frankfurt”, ver Martin Jay, *La imaginación dialéctica. Historia de la Escuela de Frankfurt y el Instituto de Investigación Social (1923-1950)* (Madri: Taurus Ediciones, 1986).
- ² Adorno só tardiamente passou a integrar o núcleo básico que constituiu o centro forjador do pensamento da “Escola de Frankfurt”. Como se recorda, o Instituto de Pesquisa Social de Universidade de Frankfurt foi fundado em 1923. Adorno só passou a colaborar oficialmente com o Instituto a partir de 1938, já no exílio norte-americano, embora desde 1922 conhecesse Horkheimer e fosse seu amigo. Todavia, desenvolveu uma carreira muito diferente daquela dos demais membros da “Escola” nos anos que vão de 1923 a 1938; ver Martin Jay, *op. cit.*, pp. 53 e ss; *passim*.
- ³ Para uma significativa amostra desse desconhecimento, veja-se a notícia de lançamento do volume 2 da coletânea *Cultura e sociedade*, de Herbert Marcuse: “[...]Membro da Escola de Frankfurt e discípulo [*sic*] de Theodor Adorno, Marcuse (1898-1979) foi o mentor das manifestações de maio de 68 na França [...] (“Indicados”, Caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 22-3-98, p. 12. Além da discutível afirmação “foi o mentor das manifestações de maio de 68 na França”, deve-se salientar a absurda qualificação de “discípulo de Theodor Adorno”. Evidentemente que o resenhista não tem a menor idéia da situação histórica e teórica de Marcuse e Adorno no interior da “teoria crítica” e muito menos do pensamento da própria Escola de Frankfurt.
- ⁴ Nesse sentido, Wolfgang Leo Maar, ao apresentar o volume 1 de *Cultura e sociedade*, coletânea que reúne os mais importantes textos de Marcuse da década de 1930 — exatamente aqueles que não só mostram a vinculação de Marcuse ao Instituto, mas que, por seu conteúdo teórico, confirmam a importância de suas reflexões precisamente para a elaboração do que seria a “teoria crítica” da Escola de Frankfurt —, chama a atenção: “Como explicar, por exemplo, a ausência de Marcuse no volume dedicado no Brasil à Escola de Frankfurt na prestigiada coleção Os Pensadores? Para os críticos, sua obra se consumiria ao arpejo do rigor intelectual, seria uma reflexão instrumentalizada estrategicamente pela ação imediata, tornando-se por isso sinônimo de ausência de ‘racionalidade efetiva’ para os cultores da prática como procedimento ‘civilizado’ nos parâmetros da boa soberania popular-burguesa. Excluindo Marcuse de suas fileiras, a ‘inteligência’ estaria se reafirmando como porta-voz legítimo da razão, ainda que num mundo de finitudes e carências, de perdição da verdadeira essência” (cf. “Introdução. Marcuse: em busca de uma ética materialista”, em *Cultura e sociedade*, vol. 1 (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997), p. 9.
- ⁵ O estudo de Martin Jay, citado, é rico e amplo em informações a respeito das ligações de Neumann e o Instituto de Pesquisa Social; especialmente sobre Neumann e o *Behemoth*, ver particularmente pp. 237-244.
- ⁶ A edição original da obra é de 1942. Curiosamente, foi possível identificar uma edição da mesma, em espanhol, pelo Fondo de Cultura Económico, de 1943, que se encontra fora do mercado há muitos anos. Assim, tentativas de conseguir essa edição — pelo menos de momento — poderão fracassar.
- ⁷ Cf. Martin Jay, *op. cit.*, pp. 266-273.
- ⁸ Ver Franz Neumann, *Estado democrático e Estado autoritário*, organização e prefácio de Herbert Marcuse (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969).
- ⁹ H. Marcuse, “Prefácio”, em F. Neumann, *Estado democrático e Estado autoritário*, cit., p. 7.
- ¹⁰ Denominação que o Institut für Sozialforschung adotou no Estados Unidos, nos anos do “exílio” americano (Nota minha, ARB).
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² Ver *Estado democrático e Estado autoritário*, cit., p. 31.
- ¹³ Herbert Marcuse, “Prefácio”, em Franz Neumann, *Estado democrático e Estado autoritário*, cit., p. 8-9.